

DÉFICIT PÚBLICO: TODOS A FAVOR

Luiz Carlos Bresser-Pereira

IstoÉ-Senhor, 25.10.1988

Maílson e Abreu, respectivamente nos ministérios da Fazenda e do Planejamento, vêm realizando um trabalho admirável de combate ao déficit público. Não estão tomando as medidas radicais necessárias para zerar o déficit público, mas estão logrando mantê-lo sob controle. A meta que eles estabeleceram para 1988, de 4 por cento do PIB, está sendo cumprida.

Quando assumi o Ministério da Fazenda, em abril de 1987, já considerava prioritário reduzir o déficit público que, naquele início de ano, saíra completamente fora de controle devido ao fracasso do Cruzado; mas, dada à insuficiência de demanda existente na economia, não estava convencido de que fosse necessário zerar o déficit. Fiquei convencido dessa necessidade por volta de outubro de 1987, quando verifiquei que não havia possibilidade de financiar sequer um centavo do déficit público, a não ser que se conseguissem financiamentos externos adicionais. Todo o endividamento interno através das letras do tesouro correspondia, na verdade, à emissão de moeda, já que obter financiamento para o governo no overnight, por uma noite, é criar uma segunda moeda praticamente com a liquidez do cruzado. Ora, como não é realista pensar em financiamento externo, estava claro que a única solução seria zerar o déficit público.

Tenho certeza que Maílson e Abreu pensam da mesma maneira, mas não podem estabelecer como meta zerar o déficit público porque não contam com o apoio de ninguém. Não contam com apoio dos líderes empresariais que querem conservar os subsídios e incentivos e recusam pagar mais impostos, não contam com o apoio dos líderes sindicais que consideram repressivo eliminar o déficit público, não contam com o apoio dos funcionários que estão insatisfeitos com seus salários, não contam com o apoio dos demais ministros, dos principais prefeitos e dos governadores, e dos parlamentares a eles ligados porque todos querem realizar mais obras, e finalmente não contam com o apoio do presidente porque este está pessoalmente convencido de que já fez tudo o que era possível fazer para combater o déficit público. A atitude dos governadores entrando em campanha contra a operação Desmonte, cujo objetivo é

exatamente reduzir o déficit público, é o último e dramático exemplo do que estou afirmando.

Em outras palavras, e paradoxalmente, ainda que haja hoje um consenso de que o déficit público, ou, mais globalmente, que a crise financeira do setor público é a causa fundamental da crise econômica que o país vem atravessando nos últimos oito anos, estão todos a favor do déficit público, porque ninguém está de fato disposto a assumir o ônus de zerá-lo.

É certo que, para lograr esse objetivo, não é razoável exigir apenas o sacrifício interno. É necessário partilhar esse sacrifício com os credores externos, reduzindo-se unilateralmente a dívida externa em cerca de 50 por cento, já que mais da metade do atual déficit público (cerca de 2,5 por cento do PIB) se deve aos juros devidos pelo setor público aos credores externos. Mas, neste ponto, novamente, poucos têm a coragem de tomar essa decisão ou sequer de apoiá-la.

Maílson e Abreu estão assim sozinhos. Ou praticamente sozinhos. Desenvolvem uma luta heróica mas limitada contra o déficit público porque não têm, a não ser retoricamente, o apoio das lideranças econômicas e políticas do país. No caso da dívida externa, sequer colocam o objetivo de reduzi-la a curto prazo, porque não sentem apoio nas elites empresariais brasileiras. E em relação à redução das despesas e aumento das receitas internas, fazem o que podem, sabendo que esse poder não é muito grande.